

Processo Administrativo Licitatório Eletrônico "e-PAL" nº 0143/2025-e
Pregão, na forma eletrônica nº 0005/2026

PARECER JURÍDICO FINAL

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PREGÃO ELETRÔNICO. CONTRATAÇÃO DE BEM COMUM. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI Nº 14.133/2021, RESOLUÇÕES 103/2022, 104/2022, 105/2022, 186/2022, 209/2022, 226/2023, 104/2024 – MATERIAIS PARA HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA – HOMOLOGAÇÃO.

1 RELATÓRIO

Trata-se de expediente de processo administrativo licitatório, enquadrado na modalidade de Pregão Eletrônico, o qual tem como objeto REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais para Higienização e Limpeza para uso dos Entes da Federação Consorciados, Cooperados ou Referendados ao Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, órgãos e entidades da administração direta e indireta, na condição de Órgão Participante desta licitação de acordo com o Termo de Referência e com os quantitativos estimados (ANEXO I), durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços:

O processo administrativo foi devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização e discriminação sucinta de seu objeto. O ato de designação da pregoeira e da equipe de apoio foi juntado no presente procedimento administrativo. Também restaram elaborados os anexos descritos no parecer jurídico inicial.

Toda a etapa interna foi objeto de análise em parecer jurídico inicial e, por respeito à independência funcional inerente à advocacia¹, analisam-se neste momento, os atos posteriores à publicação do edital.

Foi conferida ampla publicidade ao certame, tendo ocorrido a publicação junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas em 28 de janeiro de 2026, e nos Diários Oficiais, a saber: Dos Municípios (DOM/SC), na edição nº 5052, de 28 de janeiro de 2026; do Estado (DOE/SC), edição 22685, de 28 de janeiro de 2026, e da União (DOU) na edição nº 19, de 28 de janeiro de 2026. Também ocorreu a divulgação junto ao Diário Catarinense, jornal de grande circulação, na edição do dia 28 de janeiro de 2026.

Após a publicação do edital, houve a interposição de 1 (uma) impugnação, não recebida pela Pregoeira, eis que intempestiva.

A sessão do Pregão foi realizada em 10 de fevereiro de 2026.

Observa-se que o edital cumpriu o requisito legal de respeito ao lapso temporal não inferior a 08 (oito) dias úteis, nos termos do artigo 55, I, “a” da Lei 14.133/2021 e art. 17, § 3º, da Resolução 209/2022 do CINCATARINA.

Compulsando o referido processo administrativo licitatório, denota-se da ata lavrada e dos demais documentos juntados que ocorreu considerável participação de empresas no procedimento licitatório, na sua forma eletrônica, garantindo a competitividade e igualdade de condições essenciais ao regular desenvolvimento da licitação.

A Pregoeira realizou a negociação em todos os itens, cumprindo o disposto no artigo 61, da Lei Federal n. 14.133/21, ficando o preço dentro dos critérios de aceitabilidade.

Pelas empresas vencedoras foi apresentada a documentação de habilitação exigida no edital, cumprindo assim com as determinações legais e editalícias.

Não houve a interposição de recursos.

¹ Art. 18, caput, do Estatuto da OAB.

Foi realizada reanálise de preços, conforme certidão publicada no Portal de Compras em 25/03/2026.

Os itens foram adjudicados aos vencedores.

Após, foi encaminhado o procedimento licitatório e-PAL nº 0143/2025, Pregão Eletrônico nº 0005/2026, para análise e parecer jurídico final visando sua homologação pela autoridade superior.

É o relatório.

2 CONCLUSÃO

Concluídos os procedimentos relativos ao pregão na forma eletrônica nº 0005/2026, e tendo a Pregoeira verificado que as propostas satisfizeram as exigências do edital, sendo os itens apresentados pelas empresas devidamente elencadas nas atas e pelos preços descritos, dentro dos valores de mercado, garantindo a proposta mais vantajosa para a administração pública e sendo declaradas vencedoras pela Pregoeira, o parecer² de caráter eminentemente jurídico e sem adentrar nos aspectos relativos à conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos que são reservados à esfera discricionária do administrador público competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, é no sentido de que seja homologado pela autoridade competente este processo administrativo licitatório na modalidade de pregão, na forma eletrônica, tendo em vista que cumpriu os requisitos previstos na lei federal n. 14.133/2021, bem como as Resoluções 103/2022, 104/2022, 105/2022, 186/2022, 209/2022, 226/2023 e 104/2024, atinentes ao Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, observado ainda a necessidade de apresentar, junto ao processo administrativo,

² [...] **Manifestação de natureza meramente opinativa e, portanto, não vinculante para o gestor público, o qual pode, de forma justificada, adotar ou não a orientação exposta no parecer.** O parecer tem natureza obrigatória (art. 38, VI, da Lei nº 8.666/93), porém não é vinculante (HC 155020 AgR, Relator(a): CELSO DE MELLO, Relator(a) p/ Acórdão: DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 04/09/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-233 DIVULG 31-10-2018 PUBLIC 05-11-2018, sem grifo no original).

os demais documentos que constam no art. 36 da Resolução n. 209/2022 do CINCATARINA, especialmente os incisos XI, XII e XIII.

Florianópolis (SC), 25 de março de 2026.

HELOÍSA DE PAULA BATISTA WARKEN
ANALISTA TÉCNICA IV - MATRÍCULA: 4574-00
OAB/SC 77252-B

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020.

Assinado eletronicamente por:

* HELOISA DE PAULA BATISTA WARKEN (**.722.607-**)
 em 25/03/2026 15:10:02 com assinatura avançada (AC Ciga v2)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.

Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:

<https://cincatarina-e2.ciga.sc.gov.br/#/documento/e628ea68-7efd-4df3-98e7-8035ea527a67>

